

Só Questões



Concurso Público - Ano 2019

600

QUESTÕES

FUNDAMENTADAS

DAS LEIS

8.212/91 e 8.213/91

Concurso do INSS



Acerte o alvo!

Wilma G. Freitas

O Diferencial das Concursos

600

Questões fundamentadas das Leis
8.212/91 e 8.213/91
Concurso do INSS

APOSTILA AMOSTRA

**Para adquirir a apostila de 600 Questões Fundamentadas das
Leis 8.212/91 e 8.213/91 para o concurso do INSS**

Acesse o site:



SUMÁRIO

- Apresentação.....3
- Questões.....4
- Respostas.....224
- Bibliografia.....357

APRESENTAÇÃO

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

As Leis 8.212/91 e 8213/91 vêm sendo exigidas nos conteúdos programáticos dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de um tema de Direito a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Por isso garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

Wilma G. Freitas

600

Questões fundamentadas das Leis
8.212/91 e 8.213/91
Concurso do INSS

QUESTÕES

- 1. Em relação ao direito previdenciário, julgue o item, se verdadeiro (V), ou falso (F).**

É possível a concessão de pensão por morte aos dependentes, mesmo com o segurado falecido após perder a qualidade de segurado. Para isso, é indispensável que os requisitos para obtenção da aposentadoria tenham sido preenchidos de acordo com a legislação em vigor à época em que os requisitos foram atendidos.

- VERDADEIRO**
 FALSO

- 2. Complete a lacuna:**

A Seguridade Social será financiada por toda sociedade, de forma, nos termos do art. 195 da Constituição Federal e desta Lei, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais.

- direta**
 indireta
 direta e indireta

- 3. Em relação ao direito previdenciário, julgue o item, se verdadeiro (V), ou falso (F).**

O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, exceto se esta se deu em decorrência do cometimento de crime hediondo.

- VERDADEIRO**
 FALSO

600

Questões fundamentadas das Leis
8.212/91 e 8.213/91
Concurso do INSS

4. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

- I. Receitas da União;
- II. Receitas das contribuições sociais;
- III. Receitas de outras fontes.

Esta(ao) incorreta(s)

- a) I e II
- b) II e III
- c) III, Somente
- d) I, Somente
- e) Nenhuma

5. Em relação ao direito previdenciário, julgue o item, se verdadeiro (V), ou falso (F).

A concessão dos benefícios de salário-família e auxílio-acidente independe de carência.

- () VERDADEIRO
- () FALSO

6. Complete a lacuna:

O décimo-terceiro salário (gratificação natalina) o salário-de-contribuição, exceto para o cálculo de benefício, na forma estabelecida em regulamento.

600

Questões fundamentadas das Leis
8.212/91 e 8.213/91
Concurso do INSS

-) **integra**
) **não integra**

7. Assinalar a alternativa correta.

Em relação à carência para a concessão de benefícios da Previdência Social, pode-se afirmar que:

- I. Numa ação em que seja postulada a concessão de aposentadoria por invalidez, se o autor, empregado na construção civil, alegar incapacidade para o trabalho, mas não contar ainda com 12 (doze) contribuições mensais para a Previdência Social, a realização de perícia médica judicial será desnecessária, pois ele não fará jus a benefício por incapacidade em nenhuma hipótese, por falta de carência;
- II. A trabalhadora, grávida de 5 (cinco) meses, que obtém o seu primeiro emprego e com isso ingressa na Previdência Social, faz jus ao respectivo salário-maternidade, independentemente de carência;
- III. As contribuições pagas retroativamente pelo segurado contribuinte individual no momento de sua inscrição na Previdência Social, desde que acrescidas de juros de mora e multa devidos e que seja comprovado o efetivo exercício da atividade laboral que implique filiação obrigatória à Previdência Social, são consideradas para fins de carência.
- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

600

Questões fundamentadas das Leis
8.212/91 e 8.213/91
Concurso do INSS

8. Em relação ao direito previdenciário, julgue o item, se verdadeiro (V), ou falso (F).

Os trabalhadores avulsos e eventuais são segurados obrigatórios da previdência social, equiparados ao trabalhador autônomo.

VERDADEIRO

FALSO

9. Complete a lacuna:

Caberá à entidade promotora do espetáculo a responsabilidade de efetuar o desconto de cinco por cento da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e o respectivo recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social, no prazo de até dias úteis após a realização do evento.

dois

quatro

cinco

10. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O aposentado por invalidez e o pensionista inválido que não tenham retornado à atividade estarão isentos do exame médico a cargo da Previdência Social após completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

FALSA

VERDADEIRA

600

Questões fundamentadas das Leis
8.212/91 e 8.213/91
Concurso do INSS

RESPOSTAS

1.

Resposta: V
Fundamento
Não será concedida pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade, salvo se preenchidos os requisitos para obtenção da aposentadoria.
Art. 102. A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade.
§ 1º A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos.
§ 2º Não será concedida pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade, nos termos do art. 15 desta Lei, salvo se preenchidos os requisitos para obtenção da aposentadoria na forma do parágrafo anterior.
Art. 15, caput, I a VI, §§ 1º ao 4º, 102, §§ 1º, 2º da Lei nº 8.213/91

2.

Resposta: direta e indireta
Fundamento
Art. 10 da Lei 8.212/91

3.

Resposta: F
Fundamento
Art. 80. O auxílio-reclusão será devido nas condições da pensão por morte, respeitado o tempo mínimo de carência estabelecido no inciso IV do caput do art. 25, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço. (Redação dada pela Medida Provisória nº 871, de 2019)
§ 1º O requerimento do auxílio-reclusão será instruído com certidão judicial que ateste o recolhimento efetivo à prisão, obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de prova de permanência na condição de presidiário. (Incluído pela Medida Provisória nº 871, de 2019)
§ 2º O INSS celebrará convênios com os órgãos públicos responsáveis pelo cadastro dos presos para obter informações sobre o recolhimento à

600

Questões fundamentadas das Leis
8.212/91 e 8.213/91
Concurso do INSS

<p>prisão. (Incluído pela Medida Provisória nº 871, de 2019)</p> <p>§ 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se segurado de baixa renda aquele que, na competência de recolhimento à prisão tenha renda, apurada nos termos do disposto no § 4º, de valor igual ou inferior àquela prevista no art. 13 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, corrigido pelos índices aplicados aos benefícios do RGPS. (Incluído pela Medida Provisória nº 871, de 2019)</p> <p>§ 4º A aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de doze meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão. (Incluído pela Medida Provisória nº 871, de 2019)</p> <p>§ 5º A certidão judicial e a prova de permanência na condição de presidiário poderão ser substituídas pelo acesso à base de dados, por meio eletrônico, a ser disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça, com dados cadastrais que assegurem a identificação plena do segurado e da sua condição de presidiário. (Incluído pela Medida Provisória nº 871, de 2019)</p> <p>Exclusão do direito à pensão para dependente condenado pela prática de crime doloso que tenha resultado na morte do segurado.</p> <p>Art. 80, caput da Lei 8.213/91</p>
--

4.

Resposta: E
<i>Fundamento</i>
Art. 11, caput, I da Lei 8.212/91
Art. 11, caput, II da Lei 8.212/91
Art. 11, caput, III da Lei 8.212/91

5.

Resposta: V
<i>Fundamento</i>
Art. 26, caput, I da Lei nº 8.213/1991

6.

Resposta: integra
<i>Fundamento</i>
Art. 28, § 7º da Lei 8.212/91

7.

Resposta: A
<i>Fundamento</i>
O salário-maternidade da segurada empregada, doméstica e trabalhadora avulsa é um benefício que independe de período de carência.

600

Questões fundamentadas das Leis
8.212/91 e 8.213/91
Concurso do INSS

Art. 26, caput, VI da Lei 8.213/91

8.

Resposta: F
Fundamento
Art. 20, caput, 21, caput da Lei 8.212/91

9.

Resposta: dois
<i>Fundamento</i>
Art. 22, § 7º da Lei 8.212/91

10.

Resposta: F
<i>Fundamento</i>
Art. 101, caput, § 1º da Lei 8.213/91

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 13ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 34ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 17ª Ed. rev. Atualizada. Editora Método, 2018.

MOTTA, Sylvio, **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**, 27ª ed. – Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2018.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 31ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 43ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 26ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2018.

DINIZ, Maria Helena M. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DINIZ, Maria Helena M. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Teoria Geral do Direito Civil**. 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

600

Questões fundamentadas das Leis
8.212/91 e 8.213/91
Concurso do INSS

DINIZ, Maria Helena M. **Código Civil Anotado**. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991: Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

DECRETO N 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999: Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003: Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943: Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013: Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015: Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.691, DE 14 DE MARÇO DE 2016: Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

LEI Nº 13.457, DE 26 DE JUNHO DE 2017: Altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.

600

Questões fundamentadas das Leis
8.212/91 e 8.213/91
Concurso do INSS

LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

LEI Nº 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018: Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.

LEI Nº 13.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018: Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.615, de 24 março de 1998, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.675, de 11 de junho de 2018; e revoga dispositivos das Leis nºs 6.168, de 9 de dezembro de 1974, 6.717, de 12 de novembro de 1979, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 13.155, de 4 de agosto de 2015, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e dos Decretos-Leis nºs 204, de 27 de fevereiro de 1967, e 594, de 27 de maio de 1969, as Leis nºs 6.905, de 11 de maio de 1981, 9.092, de 12 de setembro de 1995, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 10.746, de 10 de outubro de 2003, e os Decretos-Leis nºs 1.405, de 20 de junho de 1975, e 1.923, de 20 de janeiro de 1982.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871, DE 18 DE JANEIRO DE 2019: Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, e dá outras providências.

DECRETO Nº 9.700, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019: Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

COMO ADQUIRIR

35,00	600 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DAS LEIS 8.212/91 e 8.213/91 – para o concurso do INSS
--------------	--

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

600

Questões fundamentadas das Leis
8.212/91 e 8.213/91
Concurso do INSS

A) Depósito em conta


Favorecida: **Vivian Alves Gomes de Freitas**
Banco: **BRABESCO**
Agência: **3065**(Teófilo Otoni-MG)
Conta: **10039-0** (Corrente e poupança)
CPF: **049.774.563-19**

OU

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**
Banco: **CAIXA**
Agência: **3662** (Teófilo Otoni-MG)
Operação: **013**
Conta: **10964-9** (poupança)
CPF: **049.774.563-19**

E

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**
Banco: **Banco do Brasil**
Agência: **0099-X** (Cajazeiras)
Conta: **29563-9** (Conta corrente)
CPF: **049.774.563-19**

Envie para o nosso e-mail odiferencialconcursos@bol.com.br ou pelo
WhatsApp: (33) 991155186  os dados do depósito e o nome da
apostila adquirida.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.

600

Questões fundamentadas das Leis
8.212/91 e 8.213/91
Concurso do INSS

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pague Seguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

Maiores esclarecimentos:

TIM 041 (33) 99161.3584

OI 031 (33) 98897-7616

WhatsApp: (33) 991155186 

E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)

 **odiferencial**
CONCURSOS
www.odiferencialconcursos.com.br